



CONGRESSO DE ARBITRAGEM

“Os tribunais judiciais e arbitrais nasceram para colaborar”

Miguel Baltazar



José Miguel Júdice diz que a arbitragem comercial no nosso país está na adolescência, pelo que precisa de ganhar experiência internacional.

Ao longo de dois dias, juízes, advogados, e responsáveis de centros de arbitragem nacionais e internacionais vão debater a relação entre tribunais judiciais e arbitrais. Os oradores estrangeiros vêm da Alemanha, Brasil, Espanha, Itália e EUA.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

“Os tribunais judiciais e arbitrais nasceram para colaborar”. A afirmação é de José Miguel Júdice e surge a pretexto do 8.º Congresso do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. O encontro está marcado para quinta e sexta-feira; decorrerá em Lisboa; e irá centrar-se nas relações entre duas formas de realização da justiça que “nasceram para colaborar”.

José Miguel Júdice, presidente do Centro de Arbitragem Comercial (CAC) da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, sublinha ao Negócios que pela “primeira vez em Portugal” se faz um congresso de arbitragem “única e exclusivamente sobre este tema”. Como adianta, “nunca no nosso país houve tantos magistrados judiciais portugueses e estrangeiros a serem oradores num congresso de arbitragem”.

Por que razão é esse facto tão importante, quando se sabe que a justiça arbitral e a justiça comum são duas formas distintas de resolver litígios? Para o presidente do

CAC, ao contrário do que possa pensar-se, estas realidades estão ligadas. “O sistema arbitral não funciona bem se o sistema judicial não estiver sensibilizado e preparado para os temas que lhe podem chegar”, sustenta Júdice.

O líder do CAC e também advogado lembra que “a arbitragem em Portugal está numa fase de adolescência”. Por tal facto, congressos como o que decorrerá nos dias 10 e 11 de Julho são necessários para que quem ainda é “adolescente na arbitragem possa aprender com outros que têm mais experiência”.

Foi esta a razão que levou os organizadores do oitavo congresso do CAC a juntar em Lisboa advogados



[Nova lei da arbitragem voluntária] é mais respeitadora dos tribunais judiciais.

JOSÉ MIGUEL JÚDICE
Advogado e presidente do CAC

Tribunais comuns ganham relevo

A Lei da Arbitragem Voluntária, datada de 2011, veio reforçar a importância dos tribunais judiciais. A relação entre estas duas formas de resolução de litígios envolvem, entre outras matérias, a possibilidade de os tribunais arbitrais pedirem ajuda aos tribunais do Estado para produção de prova. Os tribunais arbitrais dão sentenças que em certas situações podem ser anuladas pelos tribunais judiciais. Por outro lado, se houver sentenças internacionais que devam ser executadas em Portugal, elas têm de ser revistas pelos tribunais judiciais, para ver se está tudo em ordem.

Dois meios para resolver conflitos

O 8.º Congresso do Centro de Arbitragem Comercial decorrerá nos próximos dias 10 e 11 de Julho, na sede da Câmara de Comércio e Indústria, em Lisboa. Terá como tema “Os Tribunais Arbitrais e os Tribunais Judiciais”, lançando o debate entre estes dois meios de resolução de conflitos. Entre as personalidades que deverão marcar presença contam-se o português António Henriques Gaspar, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; o espanhol António Garcia, juiz do Tribunal Superior de Justiça do País Basco; ou o brasileiro João Otávio de Noronha, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

com experiência de arbitragem nacional e internacional, juízes nacionais e estrangeiros e responsáveis de centros de arbitragem portugueses e de outros países.

“Teremos pessoas que vêm dos Estados Unidos, de Espanha, da Alemanha, do Brasil, de Itália. Alguns dos oradores vêm de países muito mais avançados do que o nosso em matéria arbitral. Esta conferência terá também, por isso, uma função muito pedagógica”, explica Júdice.

Ouvir experiências

Nomeação e recusa de árbitros, decisões sobre honorários de árbitros, medidas cautelares, apoio a produção de prova, anulação e recurso de sentenças arbitrais, reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras, são alguns dos temas em análise.

“Vamos ter a oportunidade de ouvir pessoas que tomam essas decisões noutros países e falarem de como é que são escolhidos os árbitros quando as partes não se puseram de acordo. Este é um ponto que pode melhorar muito em Portugal”, entende o presidente do CAC.

Conforme adianta, em alguns países, para efeitos de anulação de sentenças de arbitragem ou para resolver questões como a independência dos árbitros, há secções especializadas dos tribunais superiores, em que estão juízes especialistas em arbitragem. Para Portugal, será esta uma boa ou uma má ideia? Segundo Júdice, este será um tema que também será abordado.

“Como nunca estivemos todos juntos – advogados, árbitros e magistrados judiciais – a falar uns com os outros, isto é uma oportunidade de nos ouvirmos e de falarmos”, observa o nosso interlocutor. Não que estes diferentes actores estejam de costas voltadas, diz ainda, mas porque o diálogo era pouco frequente.

Um diálogo que acaba por ser promovido até pelo novo enquadramento legal da arbitragem voluntária. “O sistema antigo pedia menos aos tribunais do que este pede. Esta lei é muito mais respeitadora dos tribunais judiciais, dá-lhes mais responsabilidade porque assim é que deve ser, porque assim é que são as melhores práticas internacionais”, conclui o presidente do CAC. ■